

## **Migração para a Amazônia: uma revisão da literatura dos anos 50 aos anos 2000, e um pouco mais.**

Maria José Da Silva Aquino Teisserenc y Pedro Silveira Pereira.

Cita:

Maria José Da Silva Aquino Teisserenc y Pedro Silveira Pereira (2017). *Migração para a Amazônia: uma revisão da literatura dos anos 50 aos anos 2000, e um pouco mais*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/3665>

# **MIGRAÇÃO PARA A AMAZÔNIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA DOS ANOS 50 AOS ANOS 2000, E UM POUCO MAIS**

**Pedro Silveira Pereira**<sup>1</sup>

**Maria José Aquino Teisserenc**<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. E-mail: pedrosilveiras07@gmail.com. País: Brasil.

<sup>2</sup> Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. E-mail: mjaq@uol.com.br. País: Brasil.

## **RESUMO**

Neste trabalho analisa-se parte da literatura relativa à constituição das sociedades na Amazônia brasileira que, no período da redemocratização, da segunda metade dos anos de 1980, ganha, em um contexto de ambientalização, projeção através dos movimentos e das conquistas sociais e ambientais. O objetivo é identificar como os autores dialogam entre si e tratam do tema da mobilidade das populações e seus vínculos à economia da borracha. No cerne destas contribuições sócio-antropológicas, observa-se o lugar ocupado pela mobilidade de populações do Nordeste para a Amazônia (e dentro desta) iniciadas na segunda metade do século XIX, indo até meados do século XX. Nesse sentido, serão destacados como são referidas e sob quais perspectivas são analisadas essas dinâmicas e suas relações com a formação, desenvolvimento e permanência da concentração de poder econômico e político (RIBEIRO, [1995] 2006; WEINSTEIN, 1995), assim como as resistências e “re-existências” (PORTO GONÇALVES, 2005) relacionadas a processos socioterritoriais recentes como a criação e gestão de Reservas Extrativistas. A categoria da migração, tomada aqui como unidade de discurso sócio-antropológico, é identificada em três momentos; de início, em um contexto modernista-integracionista (TOCANTINS, 1982), seguido do nacional-desenvolvimentista e, por último, no contexto de ambientalização inaugurado nas duas últimas décadas do século XX (NUGENT, 2006; HARRIS, 2006; ADAMS, MURTEIRA, NEVES, 2006). Dessa forma, os resultados até aqui obtidos apontam que na relação entre as dinâmicas

migratórias e a conformação de uma diversidade de experiências sociais na Amazônia, papel importante é atribuído a afluência ao território amazônico de mais de meio milhão de sertanejos da região nordeste brasileira, em decorrência da grave crise hídrica eclodida no ano de 1877 e das condições de existência pauperizadas dos sertões dos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí. Essa realidade tem sido tratada como parte integrante de empreendimentos econômicos de características “neocoloniais” de suprimento de mão-de-obra para o sistema extrativista de produção da borracha, e, dessa maneira, tiveram relevância significativa na composição de uma população urbana, mas principalmente rural; também denominada de *populações caboclas*. Ancorado no seringal e na extração do látex, base de uma economia, de caráter essencialmente exportador, esse sistema e seus desdobramentos estruturais apresentam-se como antecedentes históricos primordiais ao entendimento da constituição sociocultural das chamadas populações tradicionais, parte delas hoje implicadas em dinâmicas territoriais nas quais incidem Reservas Extrativistas, um tipo de Unidade de Conservação, instrumento de enfrentamento a lógicas sociais e econômicas negadoras da existência de populações, constituídas pelo encontro de povos diferenciados, sujeitos de direitos, e das exigências ambientais.

### **ABSTRACT**

It is analysed, in this abstract, part of the literature related to the constitution of the societies in the Brazilian Amazon, which, in the period of the redemocratization of the country, through the second half of the 80's, achieves, within a context of environmentalization, prominence through social and environmental movements. The objective is to identify how the authors engage in dialogue and deal with the theme of population mobility and their ties to the rubber economy. In the core of these socio-anthropological contributions, one can observe the place taken by population mobility from the Northeast of Brazil to the Amazon (and within it) initiated in the second half of the 19th century, up to the early decades of the 20th century. Thus, the manners in which these dynamics and its relations to the formation, development and to the permanence of concentration of economical and political power (RIBEIRO, [1995] 2006; WEINSTEIN, 1995), as well as to the resistances and "re-existences" (PORTO GONÇALVES, 2005) related to recent socio-territorial processes such as the creation and management of Extractive Reserves. The migration category, taken up here as an unity of socio-anthropologic discourse, is identified in three moments; firstly, in a

modernist-integration context (TOCANTINS, 1982), followed by the national-developmental one, and, finally, in the context of environmentalization inaugurated in the 20th century's last two decades (NUGENT, 2006; HARRIS, 2006; ADAMS, MURTEIRA, NEVES, 2006). Therefore, the results obtained until now indicate that in the relation between the migratory dynamics and the conformation of a diversity of social experiences in the Amazon, an important role is due to the affluence to its territory of half-a-million *sertanejos* from the northeast region of Brazil, in consequence to the grave hydric crisis outburst occurred in 1877 and to the pauperized existence in the *sertões* of Ceará, Pernambuco, Paraíba and Piauí states. This reality has been considered as an integral part of the economic enterprises of labour supplying to the extractive system of rubber production of 'neo-colonial' characteristics, and, thus, had considerable relevance in the composition of a urban population, but principally rural; also denominated *populações caboclas*. Based on the *seringal* and on the latex extraction, this system and its structural implications present themselves as primordial historical antecedents to the understanding of the socio-cultural composition of the so-called traditional populations, part of those which is implicates in territorial dynamics affected by Extractive Reserves, a type of Conservation Unit, a confrontational instrument against social economic and social logics that deny the existence of populations, made up of the convergence of differential peoples, subjects of rights, and environmental requirements.

**Palavras-chave:** *Migrações; Amazônia; Teorias Sociológicas.*

**Keywords:** *Migrations; Amazon; Sociological Theories.*

## **I. Introdução**

Este trabalho se propõe a apresentar como foram analisados — em obras de referência em ciências humanas sobre a Amazônia, produzidas a partir de fins de 1950 até 2000 — movimentos de entrada e saída de grupos populacionais neste vasto território. O foco é sobre as perspectivas conceituais dos autores e o diálogo estabelecido entre eles. Na pesquisa buscou-se contextualizar historicamente uma produção bibliográfica considerando as referências à modernização e ao desenvolvimento nas leituras sobre a Amazônia como uma construção social. Assim foram evidenciadas circunstâncias de ordem socioeconômica e política na qual se projetou as movimentações humanas identificadas numa narrativa científica que em

muito contribui na construção de uma realidade que se constitui em objeto de reflexão.

## II. Marco teórico

Por certo, a discussão e o discurso sociais sobre migração precedem em muito a extensão do assunto coberta pela sociologia. De fato, se atentarmos para o alcance cronológico das linhas de pensamento voltadas para o tema, atuantes nos mais variados domínios do conhecimento científico e não-científico, retroagir até suas fontes seria tanto mais difícil de mensurar o tempo do que, talvez, demarcar os contornos sociológicos de seus desdobramentos. Talvez por isso, o campo da sociologia da migração parece ter sido desde então definido sobretudo por incertezas a respeito de sua própria identidade do que por asserções.

Desde quando presta a sociologia atenção, de forma exclusiva, aos deslocamentos humanos entre e dentro de sistemas sociais? Qual foi o primeiro movimento acadêmico ou o primeiro autor a ponderar – com método e retidão sociológicos – o que motiva, para além das razões puramente econômicas, um indivíduo a se mover, de maneira permanente ou quase, entre lugares de residência, e como ele e os outros – tanto os que lhe veem partir quanto os que o espiam, de esguelha, chegar – o percebem e julgam suas intenções? Além do mais, quais foram os passos teóricos e metodológicos dos que trilharam esses caminhos pelo labirinto da sociologia e de que instrumentos lançaram mão para alcançar suas respostas?

Ao que tudo indica, tais perguntas carecem até hoje de respostas menos opacas por jamais terem conseguido escapar da penumbra imposta pelo vício central à sociologia da migração: o cacoete de analisar e interpretar deslocamentos humanos o mais das vezes como problemas sociais resultantes de dinâmicas econômicas. Como bem nos revela a proposição de Abdelmalek Sayad em *"L'Immigration ou les paradoxes de l'âlerité"* (1991), cuja força se faz ressoar até hoje: *"Produto, o mais das vezes, de uma problemática que lhe é imposta de fora, e à qual não é sempre fácil escapar, o discurso (científico ou não) sobre o imigrante e sobre a imigração está condenado, para poder falar de seu objeto, a acoplá-lo a toda uma série de outros objetos ou de outros problemas"* (SAYAD, 1991:14-15).

Ao examinar e constatar esse vício é que pôde então Abdelmalek Sayad, desvelar e prontamente contornar o ponto de vista etnocêntrico próprio às sociedades receptoras de imigrantes – e a grande parte dos cientistas sociais nativos. Foi dessa

maneira que Sayad restituiu à sociologia da migração a cara possibilidade de traduzir este fenômeno à distância daqueles que o envolveram entre ilusões políticas das mais cruéis e entre mitos ideológicos cujas reduções nunca cessaram por completo de ter efeito, e sim perto daqueles que melhor conhecem suas origens e motivos: os próprios migrantes, em primeiro lugar, e, em seguida, aqueles que se prestaram a ouvi-los.

Portanto é que escolhemos neste trabalho o pensamento de Sayad como referência teórica maior. Pois, ele nos estimula a ir além dos objetivos clássicos em relação à problemática dos deslocamentos humanos. Assim sendo, admitimos que não basta verificar a exatidão científica dos estudos na Amazônia que tratam da problemática referida e, portanto, buscaremos aqui fazer uma leitura, ainda que bastante inicial e hipotética sobre contextos e motivações, inclusive pessoais que podem explicar o modo como o tema do deslocamento humano/migração é tratado nas interpretações da Amazônia brasileira.

### **III. Metodologia**

A metodologia utilizada centra-se, a partir de uma amostra de produções, ainda que preliminar, na análise e interpretação de textos acadêmicos escritos na forma de livros e artigos. Fichamentos, resenhas e resumos foram elaborados, assim como a criação de um banco de dados bibliográficos necessários à sistematização de um panorama analítico sobre o tema migração em formação social e econômica representada como Amazônia. A perspectiva teórica de Abdelmalek Sayad é no trabalho adotada como inspiração. Uma perspectiva na qual o imigrante constitui um objeto social cuja problemática é majoritariamente definida pelo discurso científico em função de problemas sociais percebidos. Assim, admitiu-se e admite-se como princípio na pesquisa, que o discurso sócio-antropológico detém um alto poder de determinação de contextos e perspectivas históricas (SAYAD, 1991). A apresentação dos resultados da pesquisa foi dividida segundo critérios cronológicos: inicia-se a mesma considerando as obras que remetem ao período de conquista e colonização da Amazônia (1616-1823): *A Invenção da Amazônia* (1994), de Neide Gondim e *Amazônia: Natureza, Homem e Tempo* (1982), de Leandro Tocantins; logo após são abordados os textos que concernem ao período do ciclo econômico da borracha (1824-1920): *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência* (1993), de Barbara Weinstein, e *A Luta Pela Borracha no Brasil* (1989), de Warren Dean; e, por fim, são tratados os escritos que aludem ao período dos programas de integração

desenvolvimentista e da neocolonização da região, em fase mais recente, marcada pela retomada dos grandes projetos de desenvolvimento econômico e da proposição do desenvolvimento sustentável da Amazônia (1970-2000): *À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria: movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental* (2001), de Maria Antonieta Vieira da Costa.

#### **IV. Análise e discussão dos dados**

O livro "A invenção da Amazônia", de Neide Gondim (1994), oferece uma rica compilação de citações e comentários de autores estrangeiros — abrangida por interpretações próprias da autora — para o entendimento do processo de conquista e colonização da Amazônia por parte do império ultra-marino português e de sua construção enquanto produto do imaginário europeu. Contudo, é a interpretação da autora da visão econômica do conquistador português que interessa ao esforço de compreender os deslocamentos migratórios para a região amazônica no período supracitado.

Segundo a mesma, o desenvolvimento mercantil e as novas exigências de consumo adquiridas pelos habitantes das cidades burguesas da Europa ocidental fizeram com que os colonizadores enxergassem as Américas — e um pouco mais tarde a Amazônia — como um novo — e virgem — domínio de atividades econômicas de produção e exploração. Ademais, pontua a autora, o aparente "vácuo civilizatório" da região e a oportunidade de escravizar e empregar uma mão-de-obra numerosa composta de habitantes autóctones ensejou aos colonizadores um vislumbre oportuno da circunstância ideal para expandir e projetar a civilização e a economia mercantil europeias: "*Os pensadores europeus não ficaram imunes à descoberta do antimundo. Às investidas dos apologistas, os críticos contra-argumentavam; outros houve que simplesmente viam na unificação do mundo as possibilidades que se abriam para o alargamento das relações comerciais*" (GONDIM, 1994, p. 64). Isto posto, Gondim aponta, dentre as correntes planejadas de emigração que compuseram o esforço europeu de prolongamento civilizatório, o que talvez seja um dos primeiros fenômenos dessa natureza na história da Amazônia: o influxo de degredados ibéricos:

No fundo, o que isto reflete é o paradoxo histórico de que a tarefa de dar o passo decisivo para a difusão mundial da civilização da Europa haja caído por acaso em um dos países menos avançados do Ocidente europeu. (...) Bem pouco era o que vibrava a massa do povo, miserável, cansado, ignorante. Os aventureiros emigravam ao Novo

Mundo para fugir da pobreza da Espanha: eram uns evadidos na mesma medida que uns conquistadores (GONDIM, 1994, p. 64).

Além disto, Gondim identifica nos documentos de relatos europeus sobre os autóctones amazônicos uma hipótese acerca de sua origem que faz referências a emigrações intercontinentais provindas de vários pontos do Velho Mundo. Estes pensadores, liderados espontaneamente por Charles Marie de La Condamine, defendiam uma teoria de transmigração dos povos como explicação para a coincidência vocabular entre várias línguas americanas nativas:

Ancorando-se na teoria da migração num sucinto vocabulário coletado na viagem, além da experiência adquirida no Oriente Próximo e Médio em 1734, mostra a semelhança vocabular de pai e mãe nas diversas línguas da África, Europa e Índias Orientais, ligeiramente modificada entre os americanos. Com uma diferença: em todas as línguas da América, onde tais palavras se encontram, sua significação se conservou sem se cruzar, e este é um empecilho que não permite a generalização. Por que azar reclama o acadêmico, na língua Omagua, por exemplo, no centro do Continente, ou em qualquer outra semelhante, onde os termos 'papa' e 'mama' se usam, não aconteceu alguma vez que o primeiro significasse 'mãe', e o segundo 'pai', pois o contrário é o que se observa sempre, como nas línguas do Oriente e da Europa". (GONDIM, 1994, p. 113).

Algun tempo mais tarde, no momento da visita à Amazônia do influente naturalista britânico Henry Walter Bates, a teoria da transmigração de origem difusa dos povos indo-americanos já havia sido superada. Bates era, à essa altura, um adepto da macro-teoria vigente de que os autóctones amazônicos derivavam em verdade de populações do extremo oriente asiático, sendo, portanto, exóticos à região tropical e estranhos ao seu ambiente natural. Eram, também, segundo as teorias climático-deterministas de então, biologicamente inadequados às circunstâncias geográficas e climáticas limitantes da zona equatorial: "Bates acredita que 'o índio não passa de um estranho, ou imigrante, nas regiões tropicais e que, originariamente, sua constituição não era adaptada ao clima, nem mais tarde se adaptou inteiramente a ele'. Bates, op. cit., p. 210" (GONDIM, 1994, p. 126).

As referências a fases econômicas como causas a suscitar deslocamentos de grupos humanos para a Amazônia são sequenciadas por Leandro Tocantins em sua obra *Amazônia — Natureza, Homem e Tempo* ([1960]1982). Em determinada altura deste trabalho, o autor procede a uma interpretação sociológica das implicações do período administrativo pombalino na composição demográfica da região amazônica.

Segundo Tocantins, o governo provincial de Francisco Xavier de Mendonça Furtado — irmão do célebre ministro de Dom José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal — representou para o Estado do Grão-Pará e Maranhão uma empresa patrocinada pela Coroa portuguesa para secularizar a província através da supressão legalizada do poder temporal dos jesuítas e extinguir a norma da escravidão indígena para justificar a necessidade da instituição de mão-de-obra escrava africana. A Coroa imaginava que com a expulsão dos missionários da região, seria finalmente possível povoá-la massivamente, ativá-la economicamente, e, sobretudo, estabelecer um regime civil no território que favorece economicamente os colonos. Com isso, era absolutamente previsível que o plano pombalino implicasse necessariamente providências para compensar e reparar a desintegração dos contingentes de mão-de-obra escrava e de colonos agrícolas da região. Dessa forma, pontua o autor,

"As medidas tomadas por Francisco Xavier Mendonça visaram, principalmente, ao setor econômico: estimular a agricultura, introduzir escravos da África para, sustentá-la, de vez que se assegurava o direito do índio ser livre, e completando o experimento, a imigração de casais açorianos para acelerarem as atividades agrárias" (TOCANTINS, 1982, p. 35),

sendo estas ações responsáveis pelas injeções inaugurais de populações desses tipos no território amazônico: "A primeira entrada de escravos no Grão-Pará, em 1756 — eram noventa e quatro esses pobres imigrantes negros de Cacheu — significava o início de uma transformação proposta pela nova política Pombal-Mendonça Furtado" (TOCANTINS, 1982, p. 38).

Além disso, o autor apresenta o principal veículo do tráfico negreiro na região: "É claro, ocorria a estreia da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, para durar em atividades até o ano de 1778" (TOCANTINS, 1982, p. 38), acrescentando que durante os vinte anos de operação da companhia foram introduzidas no Pará somas consideráveis de escravos africanos:

"Manuel Nunes Dias, em *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. 1.º vol., Belém, 1970, com base em pesquisas nos arquivos brasileiros e portugueses, divulga que entraram no Pará, por conta da Companhia (1757-1777) 14.749 escravos" (TOCANTINS, 1982, p. 38).

Quanto à afluência de colonos portugueses para o Pará, Tocantins percebeu na constituição dos núcleos colonizadores açorianos, o aspecto principal do projeto da

Corte de assentar não só agentes econômicos ativos como representantes perenes e efetivos de sua civilização na região:

"Os primeiros núcleos colonizadores do Grão-Pará não fugiram ao modelo clássico da política demográfica de Portugal: o Estado organizava o projeto, recrutando na população do Reino os elementos destinados à agricultura. O cultivo da terra era essencial para a fixação humana, assegurando a presença efetiva de Portugal em suas mais do que vastas possessões amazônicas. Foi sobretudo no ilhéu que se tornou o colono mais frequente" (TOCANTINS, 1982, p. 85),

destacando também que os estabelecimentos açorianos não se limitaram às áreas rurais da Amazônia, mesmo se sua permanência urbana não tenha resistido à tentação lucrativa do extrativismo sertanista:

"A cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, nascida Forte do Presépio, seguia terra adentro à procura de destino maior. Neste propósito, cinquenta famílias dos Açores ali se estabeleceram em 1676. As áreas cultivadas pelos ilhéus correspondem ao espaço que hoje vai da rua Manoel Barata à Avenida Serzedello Correa. Espécie de território açoriano que além de marcar a sua gênese na história social e política de Belém, serviu de primeira sustentação alimentar organizada em maiores dimensões para abastecer à população. Ilhéus que, mais tarde, não resistiram às viagens pelos reios. Querendo fazer coleta de drogas do sertão. Enquanto as autoridades se queixavam do declínio da agricultura" (TOCANTINS, 1982, p. 86).

É indiscutível o fato de que o ciclo produtivo da borracha ocupe o topo da escala dos períodos históricos mais dinâmicos da Amazônica tanto em termos econômicos quanto em demográficos. As atividades massivas de extração e exportação da seringa extraída principalmente da *hevea brasiliensis* dinamizaram como nunca antes as rotas migratórias e comerciais no território. Afluíram a todo e qualquer rincão de terra onde existissem seringueiras, contingentes importantes de trabalhadores migrantes ao mesmo tempo que comerciantes de diversas nacionalidades vieram para ocupar posições na rede de compra e venda de produtos em cuja lógica predominava o sistema de aviamento.

Ainda que o grosso desta massa migrante consistisse dos chamados retirantes nordestinos tornados seringueiros — fugindo de períodos longos de estiagem no Sertão, durante a segunda metade do século XIX e o começo do século XX — a ocorrência de outras categorias também se fez notar. Barbara Weinstein, por exemplo, trata em seu livro *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)* um

dos microcosmos mais curiosos do universo migratório amazônico: a vinda de mascates semitas, majoritariamente judeus e sírios-libaneses, para atuar no comércio fluvial do interior das províncias:

Com exceção de uns poucos que trabalhavam independentemente, ou para um seringalista especialmente importante, a maior parte dos mascates representava casas aviadoras de Belém controladas por portugueses.s (...) Para piorar as coisas, muitos deles eram judeus sefardins — e, como tais, tornavam-se alvo dos piores tipos de epítetos raciais (WEINSTEIN, 1993, p. 69).

Anos antes, Warren Dean, no seu livro *A Luta pela Borracha na Amazônia* (1989), contribui muito timidamente – a despeito da luz que nos trazem seus dados sobre como se deu a "descoberta", feita por meio da usurpação europeia do conhecimento nativo, das plantas de látex da Amazônia e da atenção especial que ele dedica às reações estrangeiras aos desdobramentos da economia amazônica da borracha –, à história e à análise sociológica dos deslocamentos humanos na região que, em maior ou menor grau, estiveram associados a essa economia.

É o que acontece, no mesmo sentido, com a contribuição de Maria Antonieta Vieira da Costa, em sua tese de doutorado intitulada *À Procura das Bandeiras Verdes: Viagem, Missão e Romaria, Movimentos Sócio-religiosos na Amazônia Oriental* (2001). Embora tenha ela se debruçado com excelência neste trabalho com sobre as práticas de romarias e cultos religiosos entre comunidades camponesas de fronteira do extremo sul do Pará, afim de especificar-lhes a cultura, não chegou a abordar deslocamentos que fossem, conceitualmente falando, mais do que procissões e peregrinações temporárias, sem efeitos mais perenes e profundos sobre a composição demográfica da região. Muito embora, nos tenha deixado uma pista extremamente importante para pensar as motivações dos que se deslocam ligadas aos apelos e discursos de líderes religiosos como padres e beatos, difusores da mensagem das “bandeiras verdes”, da saída dos locais inóspitos em busca da abundância em água e alimento nas terras à oeste do Nordeste.

## **V. Conclusão**

A forma como os autores retrataram os movimentos de populações na Amazônia é predominantemente tangencial. Ou seja, à medida que se limitam a analisá-los tão somente em função de suas relações — respostas econômicas e políticas — a problemas de natureza produtiva e, em menor grau, de carência de força

de trabalho, pode-se afirmar que os estudos até aqui analisados não se debruçam, de maneira exclusiva e direta, sobre os aspectos fundamentalmente sociais e culturais implicados nesses deslocamentos. Além disto, o objeto social *migrante*, e não *imigrante*, é preponderantemente apresentado nos textos através de referências a formas de dominação. Isto é, na qualidade de *retirante*, *operário*, *colono*, *escravo*, *semi-escravo*, *refugiado* ou, ainda, sob categorias coletivas como *mão-de-obra importada*, *contingente de povoamento estrangeiro* e *grupos de expansão de fronteiras econômicas*. Os conceitos de *desenvolvimento* e *modernização* foram empregados sobretudo para pautar as interpretações dos ambientes econômicos das épocas da borracha — empreendidas por Weinstein e Dean — e da retomada dos “Grandes Projetos” — executada parcialmente por Maria Antonieta Vieira da Costa. Não foram identificados até aqui quaisquer indicativos de diálogos diretamente travados entre os autores, conquanto haja referências e citações breves aos mais antigos nos trabalhos mais recentes, dando conta assim de trabalho de revisão bibliográfica consequente realizado que têm colocado suas competências a serviço da compreensão dos processos sociais na Amazônia, ao mesmo tempo em que contribuem para construí-los e assim deixar lacunas a serem preenchidas por estudos que tratem também das subjetividades envolvidas na mobilidade das pessoas.

## VI. Bibliografia

- DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- SAYAD, Abdelmalek. **L’Immigration ou les paradoxes de l’álgérite**. Bruxelas: De Boeck, 1991.
- TOCANTINS, LEANDRO. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1960]1982.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria — movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental**. Tese de doutorado, Campinas, SP: 2001.
- WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850 - 1920**. São Paulo: HUCITEC. Ed. da Universidade de São Paulo, 1999.